




* Não pode ser vendido separadamente

Suplemento integrante da edição 3164 do Jornal Correio do Povo do Paraná



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-1231

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 016/2019
EXTRATO

ENTE PÚBLICO:
MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE ALTO SÃO JOÃO, CNPJ nº 03.165.805/0001-83, representante Sr. YANIELLEIA ANTONIO ROSSINI, CPF nº 913.367.599-68.

DO OBJETO DA PARCERIA:
Constitui objeto geral deste Termo de Colaboração, com base no Edital de Chamamento Público nº 002/2019, repasse no valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), para a aquisição de Uma Máquina Ensiladeira para a comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA MOTIVAÇÃO DA PARCERIA:
O Município de Laranjeiras do Sul - Pr, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 torna público o presente Edital de Chamamento Público e **convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Declaradas de utilidade Pública, sem fins lucrativos**, a apresentarem projetos voltados à integração dos moradores da agricultura familiar, Clube de Mães e Associações diversas do município de Laranjeiras do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital nº 002/2019.


DA VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá início na data de sua assinatura e término de vigência em 31/12/2019.

DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Termo de Colaboração.

DA LEGALIDADE:
Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 de 21/06/2017.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA:
Laranjeiras do Sul/Pr, 07 de junho de 2019.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-1231

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 014/2019
EXTRATO

ENTE PÚBLICO:
MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
CLUBE DE MÃES ESPERANÇA, CNPJ nº 76.682.879/0001-96, representante Sra. EVANILDE TEREZINHA DO AMARAL, CPF nº 007.842.379-13.

DO OBJETO DA PARCERIA:
Constitui objeto geral deste Termo de Colaboração, com base no Edital de Chamamento Público nº 002/2019, repasse no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a aquisição de utensílios de cozinha para o clube de mães e materiais de construção para reformas no pavilhão da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA MOTIVAÇÃO DA PARCERIA:
O Município de Laranjeiras do Sul - Pr, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 torna público o presente Edital de Chamamento Público e **convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Declaradas de utilidade Pública, sem fins lucrativos**, a apresentarem projetos voltados à integração dos moradores da agricultura familiar, Clube de Mães e Associações diversas do município de Laranjeiras do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital nº 002/2019.


DA VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá início na data de sua assinatura e término de vigência em 31/12/2019.

DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Termo de Colaboração.

DA LEGALIDADE:
Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 de 21/06/2017.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA:
Laranjeiras do Sul/Pr, 07 de junho de 2019.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-1231

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 013/2019
EXTRATO

ENTE PÚBLICO:
MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
CLUBE DE MÃES FREI GALVÃO, CNPJ nº 15.582.128/0001-88, representante Sr. ROZELY MATUCHESKI, CPF nº 940.871.999-91.

DO OBJETO DA PARCERIA:
Constitui objeto geral deste Termo de Colaboração, com base no Edital de Chamamento Público nº 002/2019, repasse no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a construção de Um Barracão Pré Moldado de 6X12 mts, somente coberto, e materiais de construção para colocação do piso, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA MOTIVAÇÃO DA PARCERIA:
O Município de Laranjeiras do Sul - Pr, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 torna público o presente Edital de Chamamento Público e **convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Declaradas de utilidade Pública, sem fins lucrativos**, a apresentarem projetos voltados à integração dos moradores da agricultura familiar, Clube de Mães e Associações diversas do município de Laranjeiras do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital nº 002/2019.


DA VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá início na data de sua assinatura e término de vigência em 31/12/2019.

DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Termo de Colaboração.

DA LEGALIDADE:
Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 de 21/06/2017.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA:
Laranjeiras do Sul/Pr, 07 de junho de 2019.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-1231

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 011/2019
EXTRATO

ENTE PÚBLICO:
MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS, CNPJ nº 24.233.001/0001-86, representante Sr. JOÃO LEONILDO ALVES, CPF nº 881.042.659-20.

DO OBJETO DA PARCERIA:
Constitui objeto geral deste Termo de Colaboração, com base no Edital de Chamamento Público nº 002/2019, repasse no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), para a aquisição de materiais para a construção de pisos, muretas e calçadas no pavilhão da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA MOTIVAÇÃO DA PARCERIA:
O Município de Laranjeiras do Sul - Pr, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 torna público o presente Edital de Chamamento Público e **convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Declaradas de utilidade Pública, sem fins lucrativos**, a apresentarem projetos voltados à integração dos moradores da agricultura familiar, Clube de Mães e Associações diversas do município de Laranjeiras do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital nº 002/2019.


DA VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá início na data de sua assinatura e término de vigência em 31/12/2019.

DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Termo de Colaboração.

DA LEGALIDADE:
Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 de 21/06/2017.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA:
Laranjeiras do Sul/Pr, 07 de junho de 2019.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-1231

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2019
EXTRATO

ENTE PÚBLICO:
MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE RIO DO LEÃO, CNPJ nº 15.940.526/0001-57, representante Sr. VILSON BERTOLDO, CPF nº 358.100.760-68.

DO OBJETO DA PARCERIA:
Constitui objeto geral deste Termo de Colaboração, com base no Edital de Chamamento Público nº 002/2019, repasse no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para a aquisição de materiais, para a construção em alvenaria de uma cozinha no pavilhão da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA MOTIVAÇÃO DA PARCERIA:
O Município de Laranjeiras do Sul - Pr, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 torna público o presente Edital de Chamamento Público e **convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Declaradas de utilidade Pública, sem fins lucrativos**, a apresentarem projetos voltados à integração dos moradores da agricultura familiar, Clube de Mães e Associações diversas do município de Laranjeiras do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital nº 002/2019.


DA VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá início na data de sua assinatura e término de vigência em 31/12/2019.

DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Termo de Colaboração.

DA LEGALIDADE:
Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 de 21/06/2017.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA:
Laranjeiras do Sul/Pr, 07 de junho de 2019.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-1231

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 012/2019
EXTRATO

ENTE PÚBLICO:
MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
CLUBE DE MÃES SANTA ANA DE SÃO PEDRO DO INTERIOR, CNPJ nº 13.700.482/0001-24, representante Sr. ROSALEY WILLEZEN SCHIMBOSKI, CPF nº 030.872.239-64.

DO OBJETO DA PARCERIA:
Constitui objeto geral deste Termo de Colaboração, com base no Edital de Chamamento Público nº 002/2019, repasse no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para a aquisição de utensílios de cozinha para o clube de mães e materiais para a construção do piso no pavilhão da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA MOTIVAÇÃO DA PARCERIA:
O Município de Laranjeiras do Sul - Pr, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 torna público o presente Edital de Chamamento Público e **convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Declaradas de utilidade Pública, sem fins lucrativos**, a apresentarem projetos voltados à integração dos moradores da agricultura familiar, Clube de Mães e Associações diversas do município de Laranjeiras do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital nº 002/2019.


DA VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá início na data de sua assinatura e término de vigência em 31/12/2019.

DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Termo de Colaboração.

DA LEGALIDADE:
Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 de 21/06/2017.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA:
Laranjeiras do Sul/Pr, 07 de junho de 2019.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-1231

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 015/2019
EXTRATO

ENTE PÚBLICO:
MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
CLUBE DE MÃES UNIDAS VENCEREMOS, CNPJ nº 04.712.538/0001-80, representante Sra. EDINA DO CARMO PEREIRA SAVISKI, CPF nº 071.973.559-90.

DO OBJETO DA PARCERIA:
Constitui objeto geral deste Termo de Colaboração, com base no Edital de Chamamento Público nº 002/2019, repasse no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para a aquisição de materiais de construção para reformas no pavilhão da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA MOTIVAÇÃO DA PARCERIA:
O Município de Laranjeiras do Sul - Pr, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 torna público o presente Edital de Chamamento Público e **convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Declaradas de utilidade Pública, sem fins lucrativos**, a apresentarem projetos voltados à integração dos moradores da agricultura familiar, Clube de Mães e Associações diversas do município de Laranjeiras do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital nº 002/2019.


DA VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá início na data de sua assinatura e término de vigência em 31/12/2019.

DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Termo de Colaboração.

DA LEGALIDADE:
Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 de 21/06/2017.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA:
Laranjeiras do Sul/Pr, 07 de junho de 2019.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL
Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-1231

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2019
EXTRATO

ENTE PÚBLICO:
MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, CNPJ nº 76.205.970/0001-95, representante Sr. Prefeito Municipal JONATAS FELISBERTO DA SILVA, CPF nº 588.875.719-53.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE RIO DO LEÃO, CNPJ nº 15.940.526/0001-57, representante Sr. VILSON BERTOLDO, CPF nº 358.100.760-68.

DO OBJETO DA PARCERIA:
Constitui objeto geral deste Termo de Colaboração, com base no Edital de Chamamento Público nº 002/2019, repasse no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para a aquisição de materiais, para a construção em alvenaria de uma cozinha no pavilhão da comunidade, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

DA MOTIVAÇÃO DA PARCERIA:
O Município de Laranjeiras do Sul - Pr, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança da Família e da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 torna público o presente Edital de Chamamento Público e **convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), Declaradas de utilidade Pública, sem fins lucrativos**, a apresentarem projetos voltados à integração dos moradores da agricultura familiar, Clube de Mães e Associações diversas do município de Laranjeiras do Sul, nos termos e condições estabelecidas neste Edital nº 002/2019.


DA VIGÊNCIA:
O presente Termo de Fomento terá início na data de sua assinatura e término de vigência em 31/12/2019.

DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam inalteradas as demais cláusulas do referente Termo de Colaboração.

DA LEGALIDADE:
Lei Federal nº 13.019 de 31/07/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 047/2017 de 21/06/2017.

LOCAL E DATA DA ASSINATURA:
Laranjeiras do Sul/Pr, 07 de junho de 2019.

JONATAS FELISBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Virmond
Estado do Paraná
CNPJ nº 95.587.622/0001-74
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO –PRAZO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2018-PMV
Município de Virmond – Paraná


Objeto: "EXECUÇÃO DE 2.020,83 M² DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM BRUQ DE VIAS URBANAS, COM OS SERVIÇOS DE DRENAGEM COM ESCAVAÇÃO E REATERRO, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO, SUB-BASE DE RACHADA, BASE DE BRITA GRADUADA, IMPRIMAÇÃO COM CM 30 E REVESTIMENTO COM BRUQ, PISAGISMO E URBANISMO COM REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO, BASE DE PÓ DE PEDRA, PAVER ESP. DE 6CM E DE 8CM COM REJUNTE EM AREIA, RAMPA PARA PNE, MEIOS-FIOS COM SARJETÁ E GUIA REBAIXADA, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DA OBRA, pessoa jurídica de direito público, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº. 95.587.622/0001-74, com endereço à Av. XV de Novembro, 608, Centro, Virmond, PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **NEIMAR GRANOSKI**.

Contratada: D & D PAVIMENTAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 13.561.077/0001-82.

Vigência: 05 de agosto de 2019.

Assinatura: 03 de junho de 2019.

Foro: Comarca de Cantagalo – Paraná.



Prefeitura Municipal de Virmond
Estado do Paraná
CNPJ nº 95.587.622/0001-74
Av. XV de Novembro, 608, Centro, Fone/Fax: (42) 3618 1122, Cep. 85.390-000

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO –PRAZO
TOMADA DE PREÇOS Nº. 08/2018-PMV
Município de Virmond – Paraná

Objeto: "RECAPE ASFÁLTICO EM BRUQ, COM ÁREA DE 5.765,79 M², SOBRE PEDRAS IRREGULARES, COM OS SERVIÇOS DE PLACA DA OBRA, LIMPEZA E LAVAGEM DA PISTA, PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO, CAPA EM BRUQ, REMOÇÃO E MEIOS-FIOS NOVOS COM SARJETÁ, REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO PARA ASSENTAMENTO DE CALÇADAS, CALÇADAS EM PAVER ESP. 6CM E 8CM, RAMPAS PARA PNE, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, DRENAGEM E ENSAIOS TECNOLÓGICOS".

Contratante: MUNICÍPIO DE VIRMOND, pessoa jurídica de direito público, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 95.587.622/0001-74, com endereço à Av. XV de Novembro, 608, Centro, Virmond, PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **NEIMAR GRANOSKI**.

Contrato nº 59-18

Contratada: D & D PAVIMENTAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 13.561.077/0001-82.

Vigência: 05 de agosto de 2019.

Assinatura: 03 de junho de 2019.

Foro: Comarca de Cantagalo – Paraná.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro – CEP: 85350-000.
Fone: (42) 3637-1148

LEI Nº. 1219, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a formalizar Permissão de Uso de Imóvel.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, JOSE LINEU GOMES, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE:

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal, em conformidade com o Artigo 15, § 2º, incisos I, II e III, da Lei Orgânica Municipal, autorizado a firmar Termo de Permissão de Uso de uma sala de aula da Biblioteca Pública Municipal Loeci Terezinha Marcondes Pereira, pertencente ao seu patrimônio, com BORSOI&FSB – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 32.143.405/0001-75.

Art. 2º A presente Permissão de Uso do bem público municipal de que trata o art. 1º, destiná-se-á exclusivamente para prestação de serviços de educação superior em sede de graduação, pós-graduação e extensão universitária.

Art. 3º A Permissão de Uso do bem público municipal nos termos da presente Lei, será pelo prazo de até 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogada por igual período, bem como revogada a qualquer tempo pela Administração sem dever de indenizar.

Art. 4º As condições em que se operará a Permissão de Uso do bem público municipal serão as constantes da minuta do Termo de Permissão, a ser firmado entre as partes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná

Jose Lineu Gomes
JOSE LINEU GOMES
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro – CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

LEI Nº. 1220, DE 10 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre as diretrizes para elaboração do orçamento do Município de Nova Laranjeiras para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, JOSE LINEU GOMES, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE:

Art. 1º Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Nova Laranjeiras, relativo ao Exercício Financeiro de 2020.

Art. 2º A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita.

I - fornecida pelos órgãos competentes, quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º- Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º- As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º A reserva de contingência não será inferior a 0,5% (meio por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

Art. 6º A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

III - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos conforme o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

IV - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25 de 2000 e Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009;

Art. 9º Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

III - 10 Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos sem estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§ 1º O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento, informando percentual de execução e o custo total.

§ 2º Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2019, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

Art. 11 As metas e prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020, atendidas as despesas que constituem obrigação legal e constitucional do Município e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram o orçamento fiscal e da seguridade social, são as constantes do Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos no projeto da lei orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo Único - O Poder Executivo justificará, na mensagem que encaminhar a proposta orçamentária, a inclusão de outras despesas discricionárias em detrimento das prioridades e metas constantes do Anexo a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 12 Na proposta da Lei Orçamentária a discriminação da receita e despesa será apresentada, respeitada a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I - quanto a natureza da despesa, por Órgão e Unidade Orçamentária, detalhada por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso sendo que o controle a nível de elemento e subelemento de despesa será efetuado no ato da realização do empenho, nos termos da legislação vigente;

II - quanto a classificação Funcional Programática, por função, subfunção e programa, detalhada em projetos, atividades e operações especiais;

§ 1º A critério do Executivo Municipal poderá o orçamento ser elaborado em nível de detalhamento menor, quanto a natureza de despesa, que o de modalidade de aplicação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso.

§ 3º A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

a) da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, § 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

b) da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

c) do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

d) outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentadas na forma e no nível de detalhamento estabelecidos na elaboração da Lei Orçamentária.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

Art. 14 São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas suportadas pela mesma fonte de recursos, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 A existência de meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;

II - atendam ao disposto no Art. 204 da Constituição Federal, no Art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Art. 18 É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - voltadas para ações de saúde de atendimento direto e gratuito ao público;

II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino superior, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III - consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV - Associações Comunitárias devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no tocante a auxílios destinados à execução de obras, a aquisição de equipamentos de interesse comunitário e ao exercício de atividades de apoio ao desenvolvimento econômico ou de interesse social;

V - entidades com personalidade jurídica, para em conjunto com o Poder Executivo Municipal desenvolverem ações relacionadas ao lazer, esporte e apoio ao desenvolvimento econômico do Município.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

Art. 19 A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerá preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a ser aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiários.

Parágrafo Único - Para os fins previstos no "caput" deste artigo, considera-se carente as pessoas cadastradas no Departamento de Assistência Social e assim definidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 20 São excluídas das limitações de que tratam os artigos 18 e 19 desta lei, os estímulos concedidos pelo município para a implantação e ampliação de empresas ou indústrias no Município, cuja concessão obedecerá os critérios definidos em legislação específica.

Art. 21 A proposta orçamentária do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2020 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação à proposta geral do Município até a data de 31 de setembro de 2019.

Parágrafo Único - Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo serão incluídos no orçamento pelo Poder Executivo até o dia 30 de cada mês.

Art. 22 A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2020 será encaminhada para aprovação do Legislativo até dia 20 de outubro de 2019, conforme disposto no artigo 69, inciso V, alínea "b" da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º A proposta orçamentária deverá ser composta dos quadros e demonstrativos constantes da legislação específica.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, no ato da elaboração dos orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações da legislação federal padronizadora, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2020 à Câmara Municipal.

Art. 23 Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2020 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2019 a programação deste conteúdo poderá ser executada, exceto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remessa à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considera-se antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 24 A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam possíveis capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

consolidação, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 25 Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por seu próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, inciso I, artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Legislativo não promover a limitação no prazo estabelecido no "caput" deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os repasses dos valores financeiros, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 26 Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - a obrigações constitucionais e legais do Município;

II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver com patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de despesas com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 27 Para fins de atendimento ao disposto no Art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreira, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, inclusive realização de concurso público, aos órgãos da Administração Direta e Indireta e Fundos Municipais, observado o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 28 Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicado ao Município para as despesas com pessoal não aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vagas constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2020, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no Art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

Art. 29 O disposto no § 1º do Art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II - não sejam inerentes a categoria funcional abrangida por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 30 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só poderá ser aprovado se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

§ 1º Aplicam-se à lei que conceda ou amplie benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no "caput" podendo a compensação, alternativamente, em todos os casos, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

§ 2º São considerados incentivos ou benefícios de natureza tributária, para fins do "caput" deste artigo, os benefícios concedidos que alcancem, exclusivamente, determinado grupo de contribuintes e produzam redução da arrecadação potencial, aumentando consequentemente a disponibilidade econômica do contribuinte.

Art. 31 Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 32 Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativos à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Município, acrescido de dez por cento para custos regionais não previstos no CUB.

Art. 33 Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o Art. 38 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do Art. 182 da Constituição Federal;

II - entendendo-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art. 34 Para efeito do disposto no Art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - considera-se contratada a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêner;

II - no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 35 Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do Art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterá, ainda, metas bimestrais da realização de receitas, conforme disposto no Art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art. 36 A Lei Orçamentária para o exercício de 2020 conterá autorização para o Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da Constituição Federal:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares ao orçamento fiscal até o limite de 15% (quinze por cento) do total geral da receita fixada para a execução, nos termos da legislação vigente, utilizando como recursos para cobertura, os provenientes da anulação total ou parcial de dotações nos termos do inciso III e o excesso de arrecadação de recursos livres conforme o estabelecido no inciso II, ambos do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, de 17/03/64;



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

parcial de dotações nos termos do inciso III e o excesso de arrecadação de recursos livres conforme o estabelecido no inciso II, ambos do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, de 17/03/64;

IV - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, até o limite da efetiva existência dos recursos de superávit financeiro nas fontes de recursos livres ou vinculados, devidamente apurados no balanço patrimonial do exercício anterior;

V - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recursos os previstos no inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64, mediante a efetiva ocorrência ou tendência de ocorrência de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recursos vinculados desde que o total dos mencionados créditos não supere o limite de 10% (dez por cento) do total geral de receitas estimadas para o exercício no orçamento fiscal;

VI - proceder a abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como recurso o previsto no inciso IV do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4320/64 tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos de crédito celebrados para o exercício;

VII - transferir recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do Art. 167 da Constituição Federal. E proceder o remanejamento e a compensação entre as fontes, e a criação de fontes de recursos dentro da mesma dotação orçamentária, quando da abertura de créditos adicionais que utilizem como recurso o cancelamento de dotações;

VIII - proceder o remanejamento de dotações do orçamento de um para outro elemento de despesa dentro do mesmo projeto ou atividade.

IX - proceder a utilização de recursos do cancelamento da dotação de Reserva de Contingência para a abertura de créditos adicionais abertos para o atendimento das situações especificadas no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Previdenciárias.

§ 1º A abertura dos créditos autorizados nos incisos IV, V, VI e VIII não são consideradas para fins do limite da dotação constante do inciso III.

§ 2º A autorização contida no inciso III é extensiva ao Presidente da Câmara Municipal no tocante ao orçamento próprio do Poder Legislativo considerando-se o limite de 15% (quinze por cento) em relação ao total da despesa fixada nos respectivos orçamentos.

Art. 37 Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no tocante a segurança pública, assistência jurídica, trânsito e incentivo ao emprego, mediante prévio formalização de convênio, ou instrumento congêner.

Art. 38 Fica autorizada a redistribuição e o remanejamento das dotações de despesas de pessoal previstas no caput do Artigo 18 da Lei Complementar 101 de 04 de Maio de 2000 na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra unidade orçamentária ou Programa de



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

Governo conforme o previsto no parágrafo único do Artigo 66 da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, sem contar nos limites de suplementação previstos nos artigos anteriores.

Art. 39 No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitadas os prazos estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 40 O Relatório de Gestão Fiscal obedecerá os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quinzenalmente.

Art. 41 O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2020, em valores correntes, destacando-se pelo menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 42 O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 43 Os ajustes nas ações dos programas do Plano Plurianual, bem como as suas alterações em suas metas físicas e financeiras, ocorridas até a data do envio, deverão ser incluídas na proposta orçamentária para 2020.

Art. 44 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras-PR, 10 de junho de 2019.

JOSE LINEU GOMES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1221 DE 10 DE JUNHO DE 2019.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Rio Guarani.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, JOSE LINEU GOMES, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE:

LEI:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Produtores Rurais do Rio Guarani, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede no Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, na Rua Laranjeiras, s/n, Distrito de Rio Guarani, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.468.492/0001-00.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná

JOSE LINEU GOMES
Prefeito Municipal

Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122 - Centro - CEP: 85.350-000
Fone: (42) 3637-1148

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019-PMNL

Licitação exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 147 de 07/08/2014

O Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, através de seu Pregoeiro, tendo em vista a disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Lei Complementar nº 147/14 e Decretos Municipais nº 136/2006, 34/2007, torna público que realizará às 09:00 horas do dia 27 de Junho de 2019, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Rio Grande do Sul, 2122 - Centro - Fone (42) 3637-1148, licitação na modalidade Pregão Presencial nº 34/2019-PMNL, cujo objeto é a contratação de empresa para recuperação, incluso o fornecimento de peças e serviços de mão de obra, para retífica do motor do Veículo Caminhão Ford Cargo C-2629, Ano 2013, Frota nº 91, do patrimônio municipal. O edital e seus anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal, no endereço supracitado, junto ao Departamento de Licitações ou através do e-mail: licitacao@novalaranjeiras.pr.gov.br e www.novalaranjeiras.pr.gov.br.

Nova Laranjeiras - Pr, 10 de Junho de 2019.

VALDECIR ALVES DE MEDEIROS
Pregoeiro

Município de Nova Laranjeiras
Estado do Paraná
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122 - Centro - CEP: 85.350-000
Fone: (42) 3637-1148


AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2019-PMNL

O Município de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público a realização da licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 06/2019-PM**

[illegible]

Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº 16.778.511/0001-28



Concessão de Diário n.º 106/2019 -

O Secretário Municipal de Saúde de Pinhão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal 2.012/2018 de 02/04/2018, resolve e concede:

Art. 1º - Ficam Concedidas Diárias aos Servidores Municipais, conforme especificado abaixo:

NOME: CARLOS ANDRÉ MAROM
DATA INÍCIO: 05 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 05 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CAMPO LARGO/PR
CÓDIGO DO IGEI DO MUNICÍPIO DESTINO: 04204
TIPOS PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: NEILMA DE OLIVEIRA
DATA INÍCIO: 05 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 05 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CURITIBA/PR
CÓDIGO DO IGEI DO MUNICÍPIO DESTINO: 06902
TIPOS PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: DARLAN FERREIRA DA ROSA
DATA INÍCIO: 05 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 05 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CURITIBA/PR
CÓDIGO DO IGEI DO MUNICÍPIO DESTINO: 06902
TIPOS PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: ERAULO JOSÉ DE CAMARGO
DATA INÍCIO: 05 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 05 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CAMPO LARGO/PR
CÓDIGO DO IGEI DO MUNICÍPIO DESTINO: 04204

SUMULA: Concede (diárias) à Servidor Municipal e às outras providências.

TÍTULOS PARA OBTENÇÃO DE PACIENTES

OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

Pinhão, 05 de junho de 2019.

IVONILDA OLIVEIRA LIMA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Municipal nº 40/2019

Município de Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MF) 76.175.011/0001-28

Concessão de Diária n.º 108/2019.

SUMULA: Concede diárias) a
Servidor Municipal e às outras
providências:

O Secretário Municipal de Saúde de Pinhão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal 2.012/2014 de 02/04/2016, resolve e concede:

art. 1º - Fica Concedido Diárias aos Servidores Municipais, conforme especificado

abaixo:

NOME: ILDO IWASENHO
DATA INICIO: 06 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 06 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIARIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CURITIBA/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 0602
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: ANTONIO ASSIS REPCZUK
DATA INICIO: 06 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 06 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIARIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CURITIBA/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 0602
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: CARLOS ANDRÉ MARION
DATA INICIO: 06 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 06 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIARIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CAMPO LARGO/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 04204
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TEL.: (41) 3627-2699 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (MP) 78.178.011/0001-28



TÓPOS PADRÃO DE OBJETIVO: 99
OBJETIVO DA VIAGEM: ACOMPANHAR PACIENTES


Pinhão, 06 de junho de 2019.


Ivoneide Oliveira Lima
Secretária Municipal de Saúde
Decreto Municipal nº 40/2019

Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ (Nº) 76.778.011/0001-28



Concessão de Diária n.º 110/2019 -

O Secretário Municipal de Saúde do Pinhão, Estado do Paraná, na uso de suas atribuições legais, e, com base na Lei Municipal 2.012/2018 de 02/04/2018, resolve e concede:

Art. 1º - Ficam Concedidas Diárias aos Servidores Municipais, conforme especificado abaixo:


NOME: SELMO CALDAS DE OLIVEIRA
DATA INÍCIO: 07 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 07 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CURITIBA/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 06902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: ERAULO JOSÉ DE CAMARGO
DATA INÍCIO: 08 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 08 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CAMPO LARGO/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 04024
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES


NOME: JOSÉ GENTIL SVERCOSKI JUNIOR
DATA INÍCIO: 08 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 08 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CURITIBA/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 06902
TIPO PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: CARLOS ANDRÉ MARCON
DATA INÍCIO: 09 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 09 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CAMPO LARGO/PR

SÚMULA: Concede diárias à
Servidor Municipal e das outras
previdências:



MUNICÍPIO DE PINHÃO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº 17.76.178-01/2001-28




CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 04204
TIPOS PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: ANTONIO ASSIS REPLICAR
DATA INÍCIO: 10 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 10 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CURITIBA/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 06902
TIPOS PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: JORGE MONTEIRO DOS SANTOS
DATA INÍCIO: 10 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 10 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CURITIBA/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 06902
TIPOS PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

NOME: ELOI IWASAKI
DATA INÍCIO: 10 DE JUNHO DE 2019
DATA FIM: 10 DE JUNHO DE 2019
N.º DE DIÁRIAS: 01 DIÁRIA
VALOR UNITÁRIO: R\$150,00
VALOR TOTAL: R\$150,00
MUNICÍPIO DE DESTINO/UF: CASCAVEL/PR
CÓDIGO DO IGE DO MUNICÍPIO DESTINO: 04808
TIPOS PADRÃO DE OBJETIVO: 03
OBJETIVO DA VIAGEM: TRANSPORTE DE PACIENTES

Pinhão, 10 de junho de 2019.



Ivonei Oliveira Lima
 Secretária Municipal de Saúde
 Decreto Municipal nº 49/2019

Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ (ME) 76.128.015/0001-28

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº.001/2019 EDITAL Nº.001/2019 - ABERTURA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PINHÃO, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, **TORNAR PÚBLICA** a abertura de inscrição do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, para a contratação e formação de cadastro reserve temporária e emergencial de pessoal, por prazo determinado para os cargos de Professor do Educação Infantil e Séries Iniciais, Intergrante de Libras e Psicopedagogo para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme preceitos nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, Lei Federal nº 8.384/1996 e Lei Municipal nº 1.975/2017, de 20 de abril de 2017.

O presente Processo Seletivo Simplificado reger-se-á pelas Instruções especiais contidas neste edital e pelas normas da Lei Federal nº 9.394/1996 e Lei Municipal nº 1.975/2017, de 20 de abril de 2017 e do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Será admitida a impugnação deste Edital, desde que seja por escrito e devidamente fundamentada, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da sua publicação, a qual deverá ser protocolizada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pinhão, no horário das 08h às 13h e 30min, e das 13h às 17h.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado – PSS, de acordo com a legislação que trata a matéria e conforme o estabelecido neste Edital é destinado a selecionar profissionais que estejam no quadro anexo, conforme necessários e judiciais/úteis acima, sabendo-se as vagas equivalentes para abastecer no Município de Pinhão, mediante Contrato em Regime Especial – CRES. O Município de Pinhão com amparo na Lei Municipal nº 1.975/2017, se reserva o direito de efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado, a fim de suprir a necessidade de vagas que vierem a existir no período de validade do Processo Seletivo Simplificado.

Cargo	Escolaridade/Requisito	Carga horária	Salário	Vagas de Ampla Concorrência	Vagas PCD
Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais	Ensino Médio na modalidade Magistério e/ou Pedagogo, reconhecido pelo MEC.	20h/s (4 horas diárias) 40h/s (8 horas diárias)	1.237,16 2.474,32	01 - CR**** 01 - CR****	* *

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - TELEFONE: (42) 3677-1122 - PINHÃO - PARANÁ

Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº 17.718.010/0001-26

Interprete em Libras	Magistério ou Graduação Pedagógica/Licenciatura, reconhecidos pelo MEC;	40h/s (8 horas diárias)	3.340,36	CR***	*
	Certificado de Interprete em Libras reconhecido pelo MEC/SEED ou FENETS e experiência mínima de 01 ano.	20h/s (4 horas diárias)	1.670,18	01 + CR***	*
Psicopedagogo	Curso Superior em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia, reconhecidos pelo MEC	40h/s (8 horas diárias)	3.554,53	01 + CR***	*

LEGENDA:


PCD - Pessoa com deficiência.

* Considerando o quantitativo de vagas previstas não haverá reserva imediata de vagas para os candidatos com deficiência. No entanto, se houver convocação de vagas reservas será verificado o quantitativo de vagas e aplicado o disposto no item 3.3.1 deste Edital;

CR*** Cadastro Reserva.

As vagas destinadas às Escolas Municipais do Campo receberão inscrição direcionada e carga horária diferenciada, além das vagas previstas sobre o formato cadastro de reserva:

Escola/Local	Professor 20h	Professor 40h
Sede – Escolas Municipais e CMELs	01 + CR*	CR*
Sede - CMELs	CR*	CR*
Escola Municipal São Roque Local: Fajnal dos Cruzes	01 + CR*	CR*
Escola Municipal João José Zattar Local: Zattarlândia	01 + CR*	CR*
Escola Municipal Nossa Senhora do Rosário Local: Fajnal dos Ribeiros/Assentamento do Rosário	CR*	CR*
Escola Municipal Pucitulus Local: Pucitulus	CR*	CR*
Escola Municipal Norberto Serapião Local: Fajnal dos Ribeiros	01 + CR*	CR*
Escola Municipal Nova Divinópolis Local: Nova Divinópolis	01 + CR*	CR*
Escola Municipal S. prônio de Paula Santos Local: Fajnal do Céu	01 + CR*	CR*



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 06.917.161/0001-03

Escola Municipal Todos os Santos	CR*	CR*
Local: Todos os Santos		
CMEI: Santa Maria		
Local: Santa Maria	01 - CR*	-

LEGENDA:
CR* = Cadastro Reserva.

1.3 Os cargos e as atribuições referentes aos cargos dentro do Projeto Simplificado Escolário estão previstos em conformidade com as definições contidas neste Edital, bem como as demais leis pertinentes à matéria, conforme Anexo I.

1.4 O presente Projeto Simplificado Escolário destina-se à contratação de profissionais conforme item 1.1, onde consta carga horária e remuneração, sendo o local de trabalho da escola do candidato aprovado respeitando a ordem de classificação, conforme Quadro de vagas estabelecido pela Secretaria de Educação, salvo os demais cargos que são de lotação específica e o caso das escolas do campo para as quais o candidato direcionou sua inscrição.

1.5 O valor da remuneração será equivalente ao valor constante no quadro de cargos relacionado no item 1.1, e será registrada na data de requisição prevista para os servidores do quadro efetivo, sendo efetuado o pagamento através de depósito bancário, no Banco e conta indicada que deverão ser apresentados pelo candidato no Departamento de Recursos Humanos, quando da efetivação discreditação.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1 Em virtude de excepcional interesse público, as inscrições estarão abertas e poderão ser realizadas, no período das 8h das **15/06/2019** até as **18h de 30/06/2019**, exclusivamente no endereço eletrônico: <http://pjo.pinhao.pr.gov.br>, não sendo realizadas inscrições na Prefeitura Municipal e nos demais órgãos do Município.

2.2 Para efetuar a inscrição, o candidato deverá ser brasileiro nato, naturalizado ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade de brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º, do art. 12, da Constituição Federal e ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos e no máximo 74 (setenta e quatro) anos, conforme Lei Complementar n.º 132, de 03/12/2015.

2.3 O processo de inscrição é composto pela escolha do cargo e cadastramento de títulos, os quais poderão ser utilizados uma única vez, para cada cargo que se inscrever, e deverão ser comprovados no ato da convocação. Os itens selecionados e registrados pelo candidato gerarão a nota final do processo de seleção simplificado, conforme quadro abaixo, a qual classificará o candidato em ordem decrescente de pontuação.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - TELEFONE: (AQ) 3877-1122 - PINHÃO - PARANÁ

Município do Pinhão

EDITADO DO PARANÁ
CNPJ Nº 16.138.011/0004-28

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTOS	VALOR MÁXIMO
1	Ensino Médio na modalidade Magistério ou Graduação em Pedagogia, reconhecida pelo MEC.	50	50
2	Graduação em Licenciatura, reconhecida pelo MEC.	05	20
3	Especialização ou Pós-graduação na área da educação, reconhecida pelo MEC.	10	20
4	Tempo de serviço público ou privado como professor (máximo 5 anos)	02 pontos por ano	10
TOTAL DE PONTOS			100


INTERPRETE DE LIBRAS

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTOS POR ITEM	VALOR MÁXIMO
1	Ensino Médio na Modalidade Magistério ou Graduação em Pedagogia, reconhecido pelo MEC.; Certificado de Proficiência em Libras/Interprete reconhecido pelo MEC/SEIO ou FENEL.	50	50
2	Graduação em Licenciatura, reconhecido pelo MEC.	05	20
3	Especialização ou Pós-graduação em Libras ou Educação Especial, reconhecida pelo MEC.	10	20
4	Tempo de serviço público ou privado atuando como interprete (máximo 5 anos)	02 pontos por ano	10
TOTAL DE PONTOS			100

PSICOPEDEGOGO

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTOS POR ITEM	VALOR MÁXIMO
1	Graduação em Pedagogia e Especialização ou Pós-Graduação em Psicopedagogia, reconhecidos pelo MEC.	50	50
2	Especialização ou pós-graduação em área da Educação, reconhecidos pelo MEC.	05	20
3	Mestrado na área de educação, reconhecidos pelo MEC.	10	20
4	Tempo de serviço público ou privado na área de Educação atuando como psicopedagogo (máximo 5 anos).	02 pontos por ano	10
TOTAL DE PONTOS			100

1. O candidato poderá comparecer à inscrição sem a documentação desde que não ocorra qualquer interrupção antes



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CADERNO DE INSCRIÇÕES

a finalização do procedimento, que só ocorrerá com a mensagem de confirmação de sucesso. O cartão de inscrição deverá estar disponível após homologação das inscrições e divulgação de resultado preliminar, o qual deverá ser impresso e apresentado pelo candidato no momento da convocação.

1. O candidato poderá realizar inscrição em até 2 (dois) cargos distintos, desde que possua os requisitos mínimos exigidos, estando sujeito ao disposto no item 11.1.1 deste edital.

2. Após a conclusão da inscrição, não será possível incluir ou alterar informações na inscrição realizada. A inscrição poderá ser excluída e realizada novamente durante o período de inscrições. Após o encerramento do período de inscrição, não será mais possível excluir a inscrição realizada. Sendo esta ação de exclusiva responsabilidade do candidato.

2.7 A impressão do comprovante de inscrição estará disponível após a homologação das inscrições e divulgação de resultado preliminar. O candidato é responsável pelas informações constantes no cadastro e na inscrição, arcando com as consequências em relação a eventuais erros, fraudes ou omissões, nas esferas administrativas, cível e penal.

3. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1 Fica reservado a pessoa com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das convocações para contratação temporária que venha a surgir durante o ano, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a sua deficiência.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas nas Leis Estaduais nº 19.945/11 e nº 19.946/15.


3.2 Para fazer ter direito à reserva de vagas de que trata o item 3.1, o candidato deverá escolher, no ato da inscrição, o cargo a **ocupar** pessoa com deficiência ou PCDF. A comprovação da deficiência se dará por meio de Laudo Médico, conforme Anexo V. Vagante a deficiência, o candidato não poderá participar do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne às exigências estabelecidas neste Edital.

3.3 Não serão consideradas como deficiências as disfunções visuais e auditivas passíveis de correção mediante o uso de lentes ou aparelhos específicos.

3.4 Tipo de deficiência, caracterizada ou não dentro da legislação vigente e incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho do cargo, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado.

3.5 O candidato com deficiência que obtiver classificação dentro dos critérios estabelecidos neste Edital figurará em lista específica e também na listagem de ampla concorrência.

3.6 Uma vez escolhida a opção de reserva de vagas como pessoa com deficiência, todas as demais inscrições do candidato serão, obrigatoriamente, para a mesma opção.



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
1989 - 1991 - 1993 - 1995 - 1997

3.7 A opção de reserva de vagas não valida, exclusivamente, para o Processo Seletivo Simplificado desta Edital.

3.8 Não há reserva de vagas nas listas de classificação em que haja número de classificados insuficientes para a aplicação do percentual previsto em lei.

3.9 O candidato, ao realizar sua inscrição, também manifestou ciência e concordância quanto à criação de sua dupla em limpar e resultados, como aqueles relativos à pontuação, a ser pessoa com deficiência, entre outros, tendo em vista que essas informações são essenciais para o fiel cumprimento da publicidade dos atos relativos ao Processo Seletivo Simplificado, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido. Faltas cometidas com candidatos de que, possivelmente, tais informações poderão ser encontradas na rede mundial de computadores através dos mecanismos de busca atualmente existentes.

3.10 Na inexistência de classificações, apêndices ou habilitados para as vagas destinadas às pessoas com deficiência, as vagas serão ocupadas pelos demais candidatos classificados e habilitados, observada a ordem geral de classificação.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

4.1 Excepcionalmente o prazo fixado pelo item 2.1.1, a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado publicará, no mural de publicações da Prefeitura Municipal, em meio eletrônico no site <http://www.pinhao.pr.gov.br> e no Diário Oficial do Município, atualizando conforme a relação nominal das inscrições que tiveram suas inscrições homologadas, bem como classificação preliminar de acordo com a pontuação obtida, conforme dados preenchidos no sistema de inscrição, a qual deverá ser comprovada posteriormente, conforme previsto no item 7.5.


4.2 A classificação preliminar será feita pela soma dos pontos obtidos por meio de Prova de Títulos e experiência profissional a ser comprovada posteriormente por documentos hábeis.

4.3 Apuração do total de pontos, em caso de igualdade em pontuação, o desempate será feito da seguinte forma:

- a) Maior idade;
- b) Maior tempo de serviço comprovado;
- c) Maior número de filhos.

5. DOS RECURSOS

5.1 Conforme o prazo de 02 (dois) dias úteis para a apresentação, formal e por escrito, a partir da publicação da homologação das inscrições e classificação do processo seletivo, de documento de recurso sobre os métodos ou resultados constantes no presente Processo Seletivo Simplificado.



Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CASA DE VEREA DO MUNICÍPIO

5.2 O recurso deverá ser individual com a indicação precisa do item em que o candidato se julgar prejudicado e devidamente fundamentado.

5.3 Será indefinido, liminarmente, o pedido de recurso não fundamentado, intempestivo ou não subsidiado pelo próprio candidato ou procurador devidamente habilitado.

5.4 O recurso, devidamente fundamentado, deverá conter dados que informem sobre a identidade do recorrente e o número da inscrição.

5.5 Os recursos somente serão aceitos por meio de protocolo no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pinhão, no horário das 08h às 11h e 130m, e das 13h às 17h, no prazo estabelecido no item 5.1, dirigido à Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, não cabendo recursos adicionais.

5.6 Para contagem do prazo para interposição de recurso exclui-se o dia de início e incluir-se o dia do vencimento.

5.7 No prazo máximo de 02 (dois) dias, a Comissão, apreciando o recurso, divulgará o parecer.

5.8 Poderá ainda, a Comissão encaminhá-lo ao Prefeito Municipal para julgamento, no prazo 02 (dois) dias, cuja decisão deverá ser motivada.

5.9 A lista final de inscrições homologadas e resultado final será publicada no prazo 07 (dois) dias, após a decisão dos recursos, conforme estabelecido no item 6.1 deste edital. As decisões de recursos serão publicadas no mural de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, em meio eletrônico no site <http://www.pinhao.pr.gov.br>, no portal da transparência do Município, quando da divulgação do resultado final.

6. DA HOMOLOGAÇÃO

6.1 Decorrido o resultado dos recursos caberá ao Prefeito Municipal a homologação final do Processo Seletivo Simplificado – PPS, o qual será publicado no mural de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, e em meio eletrônico no site <http://www.pinhao.pr.gov.br>, no Portal da Transparência do Município.

6.2 Somente após a publicação da homologação da classificação final os candidatos estarão aptos a serem convocados para a comprovação de títulos e documentos.

7. DA COMPROVAÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

7.1 A comprovação será providida pela **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado**, nomeada pelo Decreto Nº01/2019, de 15 de maio de 2019, pelo **Prefeito Municipal** de Pinhão.

7.2 A seleção dos candidatos consistirá em avaliação de títulos e experiência profissional apresentada.

7.2.1 Na experiência profissional será considerado apenas o ano completo.

7.3 Os Títulos e a experiência profissional valerão, no máximo, 100 (cem) pontos, ainda que a soma de seus valores possam superar esse valor.


7.4 Somente serão aceitos os Títulos relacionados no item 2.3, sendo observada a pontuação discriminada para os cargos de **Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais**, **Interprete em Libras**, **Psicopedagogo**.

7.5 Para a comprovação de títulos, o candidato, ou seu procurador habilitado por instrumento particular do procuração com firma reconhecida, deverá comparecer no prazo, local e horário, conforme estabelecido no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos, em que as cópias deverão ser apresentadas em Envelope lacrado devidamente identificado com o número de inscrição e Dados Pessoais, conforme Anexo VII:

- comprovante de inscrição;
- carteira de identidade (RG) original ou outro documento oficial de identificação com foto; se tratando do procurador deverá apresentar cópia autenticada do RG e CPF do candidato;
- **CÓPIAS AUTENTICADAS e em bom estado de conservação dos títulos de escolaridade obrigatória e dos títulos para pontuação, conforme as tabelas descritas no item 2.3;**
 - Cópia autenticada da Carteira de Trabalho Profissional Original e/ou Contrato de Prestação de Serviços com registro em tempo de serviço;
 - declaração firmada por Pessoa Jurídica de direito público em papel timbrado da instituição, comprovando o tempo de serviço.
- se aposentado (a): Certidão ou declaração de Instituto/Fundo de Previdência atestando o período computado para a aposentadoria;
 - Não serão aceitos acertos ou declarações de Estágios obrigatório e não obrigatórios.

7.6 Tempo de serviço prestado: deverá ser registrado pelo candidato, desde que não utilizado para aposentadoria.

7.7 O Diploma de curso superior deve ser acompanhado de histórico escolar, bem como não corresponde a períodos de tempo de afastamento sem efetivo exercício, como licença sem vencimentos.



Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CIVIL SERVIDOR PÚBLICO

e suspensões administrativas. A inclusão necessária ser feita na primeira inscrição.

7.8 Quando não apresentado o Diploma de curso superior, de graduação ou especialização, será aceita **Certidão de Conclusão de Curso**, acompanhada de Histórico Escolar com data de colação de grau/ conclusão de curso até a data de publicação de Edital.

7.9 Caso o candidato compareça no dia e tempo de serviço maior que o cadastrado no Sistema de inscrição, serão considerados somente os pontos relacionados no ato da inscrição e comprovados por avaliações. Caso os documentos apresentados, apresentem pontuação menor que aquela registrada no comprovante de inscrição, o candidato será excluído do processo.

7.10 Documento convocado deverá apresentar original e 01 (uma) cópia, dos documentos abaixo relacionados, usando convocado para comprovação de títulos e contraponto, em que as cópias devem ser apresentadas em Envelope lacrado devidamente identificado com o número de inscrição e Dados Pessoais, conforme Anexo VII:

- 02 (dois) fotos 3X4, coloridas e recentes;
- Carteira de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física – (CPF), com comprovante de regularidade emitido pela Receita Federal; disponível: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/CPF/ACT/CPF/Consultas/ConsultaPublica.asp>;
- Título de Eleitor com o comprovante de votação da última eleição ou certidão de regularidade com a Justiça Eleitoral, disponível em http://www.tre-jr.gov.br/eleitor/certidoes/certidao_eleitoral;
- Comprovante de regularidade da situação militar, só no caso masculino;
- Carteira de Trabalho/Possuente e/ou Inscrição no PIS/PASEP;
- Certidão de casamento e/ou casamento;
- Certidão de nascimento de dependentes menores de 18 (dezoito) anos;
- Comprovante de residência atualizada (contato fixo de rua, água ou telefone);

7.10.1 O candidato deverá ainda apresentar juntamente com a documentação supracitada 01 (uma) via original dos seguintes documentos:

- Laudo médico elaborado por profissional devidamente habilitado como Médico da Saúde e Segurança do Trabalhador que, após análise de exames preventivos solicitados, ateste a aptidão física e mental para o exercício do cargo;
- Certidão Negativa de Ações Cíveis e Criminais, emitida pelo Cartório Distribuidor da Comarca de Pinhão e da Comarca do Município de onde reside, se for o caso;
- Certidão Negativa de Títulos e Ações, emitida pelo Departamento de Tributação do Município de Pinhão, disponível em: http://transparencia.alinhav.org.br/painel/falibi/portal-de-governanca_no_16na_certidao_certidao_negativa_de_dbito;
- Declaração Negativa de Demissão por justa causa do Serviço Público, conforme Anexo IV;

Município do Pinhão

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 06.940.888/0001-90

- Declaração Negativa de Acumulo de Cargos Públicos, conforme Anexo VI;
- Comprovante de Títular de Conta Corrente contendo endereço e Número de conta, sendo em um dos seguintes bancos: Brasil, Itau, Bradesco e CRESUL;

8. FIM DE LISTA E DESISTÊNCIA

8.1 Poderá a colocação original de classificação o candidato que:

- a) Não compareça ao local, data e horário estabelecidos para comprovação de títulos conforme estabelecido no item 7.5.s/ou;
- b) Não apresente, no momento da contratação, os documentos pessoais exigidos e descritos no item 7.6.
- c) Ainda que compareça na data da convocação para comprovação de títulos não apresente o comprovante de inscrição;

8.2 Será remeteda para fim de lista o candidato que manifeste por meio de Requerimento, conforme Anexo III, interesse em não assumir a vaga no momento da convocação. A vaga aberta é destinada ao próximo candidato o candidato em lista de espera, para ser convocada novamente, deverá aguardar a convocação segundo o ordem de classificação.

O candidato remeteda para fim de lista poderá, se houver necessidade, ser reconvocato uma única vez, após todos os demais classificados da respectiva lista terem sido convocados.

O candidato que constar na lista de classificação final deitea PSS será considerado desistente ao assinar Termo de Desistência constante no Anexo II deste Edital, ou, em fim de lista, não comparecer quando reconvocato.

9. DA EXCLUSÃO DO CANDIDATO

O candidato será excluído desde Processo Seletivo Simplificado e, se tiver sido contratado, ficará sujeito a rescisão contratual na ocorrência de qualquer dos sub itens abaixo:

- a) Tenha sofrido rescisão de contrato de trabalho como penalidade em decorrência de sindicância, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação;
- b) Tenha sofrido penalidade de demissão em processo administrativo disciplinar, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente a partir da primeira convocação;
- c) Tiver configurado, no momento da contratação, o acúmulo ilegal de cargos, excetuando-se os casos permitidos pelo art. 37, XVI, da Constituição Federal;
- d) Esteja com contrato em vigor, de outro Processo Seletivo Simplificado e Contrato de Prestação de Serviços por Preço Determinado, pelo Município, no local da convocação para contratação;
- e) Tenha 75 (setenta e cinco) anos completos no ocassio da primeira convocação ou da contratação;
- f) Esteja aposentado, na condição de readaptado definitivo ou por invalidez, em cargo ou função

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - TELEFONE: (43) 3877-1122 - PINHÃO - PARANÁ

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

equivalente à pretensão;

g) Tiver comprovada irregularidade nos documentos apresentados ou declaração falsa ou inexistente.

h) Se inscrita na lista de classificação de pessoa com deficiência, apresente laudo médico em desacordo com o estabelecido neste Edital ou apresente laudo médico que não caracterize a deficiência de acordo com a legislação vigente;

i) Apresente laudo médico atestando deficiência incompatível com a natureza das atribuições e exigências para o desempenho da função;

j) Não comparecer os títulos e tempo de serviço ou, ainda que apresentados os documentos, serem pontuação menor que aquela registrada no comprovante de inscrição, o candidato será desclassificado do processo.

10. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

10.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado.

10.2. Não estar enquadrado nas vedações contidas nos incisos XVI, XVII e §10 do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, alterados pela Emenda Constitucional nº 131/08.

10.3. Estar regular com as obrigações militares, se do sexo masculino.

10.4. Não registrar antecedentes criminais e estar em gozo dos direitos civis, políticos e eleitorais.

10.5. Gozar de boa saúde física, bem como, ter condições para exercer as funções descritas no ANEXO I deste Edital.

10.6. Não ter sido demitido ou excluído do serviço público por justa causa.

10.7. Não possuir débitos junto aos órgãos públicos, conforme estabelece a Constituição Federal e a Lei Municipal nº 16/2009.

10.8. Ter, na data da contratação, os requisitos exigidos para o exercício da função.

10.9. Ser aprovado na avaliação dos títulos e em exame médico admissional efetuado por Médico do Trabalho, sendo que fica sob a responsabilidade e custos do candidato providenciar.

10.10. O presente contrato será regido pelo Regime Geral da Previdência Social - INSS, por prazo determinado de 06 (seis) meses prorrogáveis por igual período, conforme interesse público e oportunidade da Administração.

10.11. Em razão da necessidade de substituição imediata nas instituições de ensino e de possíveis ausências às convocatórias deste Processo Seletivo Simplificado, as convocatórias podem ocorrer com o número de vagas, o que não implica na obrigatoriedade de contratação imediata, considerando que as contratações ocorrerão somente para atendimento das necessidades da Administração.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - TELEFONE: (42) 3677-1122 - PINHÃO - PARANÁ

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

vagas ofertadas naquela convocação e de acordo com as reservas de vagas.

10.12. A carga horária de serviço mensal é a constante no item 3.1, obedecendo à necessidade do serviço, no local indicado pela Secretaria Municipal Interessada/Responsável.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os candidatos constantes da homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado serão chamados com estrita observância da ordem de classificação.

11.1.1. O candidato que se enquadrar no descrito no item 5 deste edital, e já tendo assumido uma função, em sendo convocado para outra, não poderá assumir novo contrato, salvo, para assinar contrato de 40 (quarenta) horas semanais, em que o candidato deverá solicitar rescisão do contrato anterior.

11.2. A classificação no Processo Seletivo Simplificado não gera direito à contratação, reservando-se ao Município de Pinhão o direito de "teste" eventual, o direito de contratar os candidatos habilitados com estrita observância da ordem de classificação.

11.3. Todas as divulgações e publicações referentes a este Processo Seletivo Simplificado serão feitas no mural de publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Pinhão, em meio eletrônico no site <http://www.pinhao.pr.gov.br>, no Portal da Transparência do Município.

11.4. A homologação deste Processo Seletivo Simplificado será publicada na forma legal.

11.5. É de responsabilidade do candidato o acompanhamento de todos os atos publicados referentes a esse Processo Seletivo Simplificado.

11.6. O contrato é por prazo determinado de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, sendo vinculado ao Regime Geral da Previdência Social - INSS, nos termos do inciso I, do artigo 9º do Decreto Federal nº 3048/1979.

11.7. A inexistência e/ou irregularidade dos documentos, mesmo que verificados em qualquer tempo, em especial por ocasião da contratação, acarretará a nulidade da inscrição, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

11.8. O candidato que por qualquer motivo não comparecer no prazo previsto no item 7.5, após a convocação, ou não apresentar a documentação completa, será automaticamente eliminado do presente processo.

11.9. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação neste Processo Seletivo Simplificado, valendo para este fim a homologação publicada no Diário Oficial do Município.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - TELEFONE: (42) 3677-1122 - PINHÃO - PARANÁ

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

Município.

11.10. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso publicado, devendo o candidato manter-se informado sobre as eventuais atualizações ou retificações, disponíveis em meio eletrônico no site <http://www.pinhao.pr.gov.br>, no Portal da Transparência do Município.

11.11. Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Organizadora para o Processo de Seletivo Simplificado - PSS, nomeada por meio do Decreto nº 101/2019, de 15 de maio de 2019.

11.12. Após a contratação, o contratado que proceder de modo incompatível com as Leis Municipais 139/2012 de 20 de abril de 2012, poderá ter seu contrato rescindido nos termos da legislação pertinente.

11.13. O candidato classificado obrigou-se a manter atualizado seu endereço perante o Departamento de Pessoal e Recursos Humanos do Município.

11.14. As cópias dos documentos apresentados não serão devolvidas.

11.15. Ao completar 75 (setenta e cinco) anos, o contratado terá seu contrato rescindido, de acordo com a Lei Complementar nº 152, de 03/02/2005, capacitando-se para aposentadoria compulsória.

11.16. As proibições e deveres do contratado são os que constam na Lei Municipal nº 1450/2009 - Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Pinhão e Lei Municipal nº 1.738/2002 - Estatuto do Magistério de Pinhão.

11.17. São partes integrantes do presente edital o ANEXO I - Atribuições dos Cargos; ANEXO II - Termo de Desistência; ANEXO III - Requerimento de Fim de Lista; ANEXO IV - Declaração de não impedimento de contratação em serviço público; ANEXO V - Laudo Médico para inscritos como pessoas com deficiência; ANEXO VI - Declaração Negativa de Acumulo de Cargos; ANEXO VII - Etiquetas de Envelope de Títulos e Documentos.

Pinhão, 10 de junho de 2019.

Ode Antonio Gerardo
Prefeito Municipal

Ana Isabella de Oliveira
Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

EDITAL N.º 001/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ANEXO I - ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

• PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

Ministrar aula e orientar a aprendizagem do aluno.

Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência;

Avaliar o desempenho dos alunos atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;

Cooperar com os serviços da equipe pedagógica;

Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino;

Participar de reuniões, conselhos de classe, atividades cívicas escolares;

Promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem;

Seguir as diretrizes do ensino emanadas do órgão superior competente;

Fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades;

Executar outras atividades correlatas com interesse;

Na Educação Infantil (CRICHE) além das atribuições descritas a cima deverá ter condições para erguer crianças no colo, sentar-se no chão, etc.

• INTERPRETE EM LIBRAS:

Atuar como intérprete nos centros de atendimento à pessoa com deficiência auditiva e nos salas do ensino regular municipal, desenvolvendo atividades pertinentes à função, orientando o aluno portador de deficiência auditiva no processo de ensino-aprendizagem, bem como todo seu processo inclusivo.

Promover a socialização de toda comunidade escolar a respeito das potencialidades dos alunos surdos;

Orientar aos pais para que reconheçam o direito do filho ao ensino-aprendizagem;

acompanhar o processo de integração escolar dos alunos surdos;

Os intérpretes devem ter fluência na Língua Brasileira de Sinais, assim como a usa da língua das mãos surdas e ter também boa fluência em Língua Portuguesa;

Validar o acesso dos alunos aos conteúdos e conteúdos curriculares em todas as atividades didático-pedagógicas e apoiar acessibilidade aos recursos e às atividades - fim da instituição de ensino;

Validar o processo ensino-aprendizagem, desenvolvendo a mesma proposta curricular da educação especial e do processo de alfabetização ensino regular;

Desenvolver atividades de complementação curricular específica para portadores de deficiência auditiva, visando, principalmente, ao aprendizado da Língua Portuguesa e Língua de Sinais dos alunos surdos;

Participar da elaboração da proposta pedagógica;

Orientar e Capacitar os docentes para dar a habilidade de trabalhar com a linguagem dos sinais;

Possibilitar o atendimento a todos as pessoas surdas que necessitam tempo e estratégias de comunicação com o objetivo de ensinar surdos e ouvintes, facilitando a comunicação entre ambos;

Intermediar a comunicação de surdos e ouvintes em encontros, reuniões, cursos, palestras, debates, entrevistas, consultas, audiências, visitas, etc.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - TELEFONE: (42) 3677-1122 - PINHÃO - PARANÁ

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

- Realizar outras tarefas pertinentes à função.

• PSICOPEDAGOGO:

Executar tarefas de sua formação profissionais tais como: diagnósticos, aplicações de testes psicológicos, orientação, identificação e correção de distúrbios da aprendizagem, encaminhamento de casos, etc.

Realizar avaliações psicopedagógicas dos candidatos a aprendiz;

Intervir professores externos e pais, investigando a história escolar do aprendiz;

Planejar intervenções psicopedagógicas com aprendizes e orientar professores e coordenadores;

Fazer encaminhamentos e solicitações de avaliações médicas ou de outros especialistas;

Participar de coordenações pedagógicas e técnicas com os professores;

Acompanhar processo de avaliação do aprendiz, e orientar a organização do plano individualizado;

Contribuir na organização de instrumentos, procedimentos e avaliações nas diferentes áreas de atendimento;

Elaborar parecer técnico dos candidatos acompanhados;

Participar de fechamentos de avaliações para decisões na entrada, matrícula e permanência do candidato na instituição;

Participar das reuniões coletivas periódicas da Escola, e das extraordinárias, sob convocação;

Participar de programas de cursos ou outras atividades com aprendizes, pais, professores e funcionários, sob convocação, gerar estatísticas de atendimentos e relatórios de atividades realizadas;

Realizar pesquisas no contexto educacional;

Planejar e realizar intervenções preventivas com aprendizes e professores;

Orientar pais no acompanhamento acadêmico dos filhos;

Supervisionar estagiários;

Participar da elaboração de projetos de estudos coletivos, a fim de ampliar o campo de conhecimento dos professores e coordenadores;

Participar de estudos de casos, quando necessário;

Orientar aprendizes/famílias sobre a aplicação que sempre os alunos com deficiência intelectual emulham;

Gerar estatísticas de atendimentos e relatórios de atividades realizadas;

Disponibilizar informativos preventivos relativos ao seu domínio profissional, realizar tarefas afins.

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

EDITAL N.º 001/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ANEXO II - TERMO DE DESISTÊNCIA

TERMO DE DESISTÊNCIA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS)

Eu, _____, RG _____, RG _____, abaixo assinado(a), deixo, em caráter irrevogável, a minha classificação no Processo de Seletivo Simplificado - PSS regulamentado pelo Edital nº 001/2019 - Prefeitura Municipal de Pinhão - Pr, de _____ de _____ de _____.

ASSINATURA: _____
RG: _____

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

EDITAL N.º 001/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ANEXO III - REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

REQUERIMENTO DE OPÇÃO DE FINAL DE LISTA

À Prefeitura Municipal de Pinhão

Eu, _____, portador(a) do RG sob n.º _____, inscrito(a) no CPF sob n.º _____, residente e domiciliado à _____, na cidade de _____, candidato(a) classificado(a) em _____ lugar, para o cargo de _____, no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Pinhão, venho por meio deste DECLARAR que Renúncio à classificação original, com OPÇÃO DE FINAL DE LISTA observando-se a ordem classificatória do certame, ficando ciente de que minha nomeação poderá ou não se efetivar no período de vigência do referido processo.

Declaro ainda ter conhecimento de que minha opção tem caráter irrevogável.

Pinhão, _____ de 20 _____.

ASSINATURA: _____

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

EDITAL N.º 001/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ANEXO IV - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA DO SERVIÇO PÚBLICO

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA DO SERVIÇO PÚBLICO

Eu, _____, abaixo assinado(a), brasileiro(a), (estado civil), portador(a) do RG nº _____, SSP/UF _____, CPF nº _____, em atendimento ao item 7.10, declaro para o fim específico de contratação pelo Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Pinhão-PR de 2019, que não fui demitido(a) ou exonerado(a) do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal em consequência de aplicação de pena disciplinar após julgado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados de forma retroativa a partir da data da contratação, e que não perdi o cargo em razão de ordem judicial transitada em julgado e ser cumprido ou em cumprimento. A não veracidade da declaração prestada é considerada como crime de falsidade ideológica, sujeitando-me às penas legais.

Pinhão, _____ de _____ de 2019.

ASSINATURA: _____
RG: _____

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

EDITAL N.º 001/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ANEXO V - LAUDO MÉDICO PARA INSCRITOS COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LAUDO MÉDICO PARA INSCRITOS COMO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Nome: _____
RG: _____ UF _____ Data de Nascimento: ____/____/____
CPF: _____ Sexo: _____

A - Tipo da Deficiência:

B - Código CID:

C - Limitações Funcionais:

D - Função pretendida: _____
() Professor () Psicopedagogo () Intérprete de Libras

E - PARECER DO MÉDICO ESPECIALISTA NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA:

De acordo com a função pretendida, deixo que a deficiência do candidato é:

() COMPATÍVEL para exercer a função de _____

() INCOMPATÍVEL para exercer a função de _____

Médico Examinador Assinatura e Carimbo/CIM _____
Assinatura do candidato _____

Local: _____ Data: ____/____/2019

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - TELEFONE: (42) 3677-1122 - PINHÃO - PARANÁ

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

EDITAL N.º 001/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ANEXO VI - DECLARAÇÃO NEGATIVA DE ACUMULO DE CARGOS

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE ACUMULO DE CARGOS PÚBLICOS E DE ACUMULO DE BENEFÍCIO

Eu, _____, inscrito no CPF sob portador(a) do RG nº _____, em atendimento ao disposto no Art. 37, § 10 da Constituição Federal, DECLARO para os devidos fins, que não recebo benefício e/ou proventos de aposentadoria não exerço cargo, emprego ou função pública cuja acumulação seja vedada.

() Não caso de percepção de benefício decorrente de outra aposentadoria ou de outro cargo ou emprego público, indicar aqui, para fins de aferição da compatibilidade com o Art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal.

Pinhão, _____ de _____ de _____.

Declarante _____

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

EDITAL N.º 001/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
ANEXO VII - ETIQUETA DE ENVELOPE DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

ATENÇÃO - FAVOR COLAR ESTA VÍTA NO LADO DE FORA DO ENVELOPE DE ENTREGA DOS TÍTULOS VIA DA COMISSÃO

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Cargo: PSICOPEDAGOGO

Nº Inscrição: _____

A COMISSÃO

Para fins de participação na prova de títulos, apresento os seguintes documentos:

Qde. CURSOS

Graduação em Pedagogia e Especialização ou Pós-Graduação em Psicopedagogia, reconhecidos pelo MEC.

Especialização ou pós-graduação em área da Educação, reconhecidos pelo MEC.

Mostrado na área de educação, reconhecidos pelo MEC.

Tempo de serviço público ou privado na área de Educação atuando como psicopedagogo (máximo 5 anos)

Quantidade de laudas protocoladas: _____

Pinhão-PR, ____/____/____

Visito de Recebimento _____ Assinatura do candidato _____

Destaque aqui _____ Destaque aqui _____

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Cargo: PSICOPEDAGOGO

Nº Inscrição: _____

A COMISSÃO

Para fins de participação na prova de títulos, apresento os seguintes documentos:

Qde. CURSOS

Graduação em Pedagogia e Especialização ou Pós-Graduação em Psicopedagogia, reconhecidos pelo MEC.

Especialização ou pós-graduação em área da Educação, reconhecidos pelo MEC.

Mostrado na área de educação, reconhecidos pelo MEC.

Tempo de serviço público ou privado na área de Educação atuando como psicopedagogo (máximo 5 anos)

Quantidade de laudas protocoladas: _____

Pinhão-PR, ____/____/____

Visito de Recebimento _____ Assinatura do candidato _____

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

ATENÇÃO - FAVOR COLAR ESTA VÍTA NO LADO DE FORA DO ENVELOPE DE ENTREGA DOS TÍTULOS VIA DA COMISSÃO

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Cargo: INTÉRPRETE EM LIBRAS

Nº Inscrição: _____

A COMISSÃO

Para fins de participação na prova de títulos, apresento os seguintes documentos:

Qde. CURSOS

Ensino Médio na Modalidade Magistério e/ou Graduação em Pedagogia, reconhecidos pelo MEC, Certificado ou Proficiência em Libras/Intérprete reconhecido pelo MEC/SEED ou FINEIS.

Graduação em Licenciatura, reconhecido pelo MEC.

Especialização ou Pós-graduação em Libras ou Educação Especial, reconhecida pelo MEC.

Tempo de serviço público ou privado atuando como intérprete (máximo 5 anos)

Quantidade de laudas protocoladas: _____

Pinhão-PR, ____/____/____

Visito de Recebimento _____ Assinatura do candidato _____

Destaque aqui _____ Destaque aqui _____

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Cargo: INTÉRPRETE EM LIBRAS

Nº Inscrição: _____

A COMISSÃO

Para fins de participação na prova de títulos, apresento os seguintes documentos:

Qde. CURSOS

Ensino Médio na Modalidade Magistério e/ou Graduação em Pedagogia, reconhecidos pelo MEC, Certificado ou Proficiência em Libras/Intérprete reconhecido pelo MEC/SEED ou FINEIS.

Graduação em Licenciatura, reconhecido pelo MEC.

Especialização ou Pós-graduação em Libras ou Educação Especial, reconhecida pelo MEC.

Tempo de serviço público ou privado atuando como intérprete (máximo 5 anos)

Quantidade de laudas protocoladas: _____

Pinhão-PR, ____/____/____

Visito de Recebimento _____ Assinatura do candidato _____

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

ATENÇÃO - FAVOR COLAR ESTA VÍTA NO LADO DE FORA DO ENVELOPE DE ENTREGA DOS TÍTULOS VIA DA COMISSÃO

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

Nº Inscrição: _____

A COMISSÃO

Para fins de participação na prova de títulos, apresento os seguintes documentos:

Qde. CURSOS

Ensino Médio na Modalidade Magistério e/ou Graduação em Pedagogia, reconhecida pelo MEC.

Graduação em Licenciatura, reconhecida pelo MEC.

Especialização ou Pós-graduação em área da Educação, reconhecida pelo MEC.

Tempo de serviço público ou privado como professor (máximo 5 anos)

Quantidade de laudas protocoladas: _____

Pinhão-PR, ____/____/____

Visito de Recebimento _____ Assinatura do candidato _____

Destaque aqui _____ Destaque aqui _____

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS

Nº Inscrição: _____

A COMISSÃO

Para fins de participação na prova de títulos, apresento os seguintes documentos:

Qde. CURSOS

Ensino Médio na Modalidade Magistério e/ou Graduação em Pedagogia, reconhecida pelo MEC.

Graduação em Licenciatura, reconhecida pelo MEC.

Especialização ou Pós-graduação em área da Educação, reconhecida pelo MEC.

Tempo de serviço público ou privado como professor (máximo 5 anos)

Quantidade de laudas protocoladas: _____

Pinhão-PR, ____/____/____

Visito de Recebimento _____ Assinatura do candidato _____

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

EXTRATO DE PORTARIAS N.º 004/2019

N.º	DATA	NOMES	ASSUNTO
228/2019	02/05/2019	Conselheiro Tutelar José Francisco Bernardino	Cancelar 30 (trinta) dias do período de gozo de férias, do Conselheiro Tutelar, concedida por meio da Portaria n.º 209/2019, de 14/04/2019, sendo de 02/05/2019 a 13/05/2019.
		Servidores Públicos Municipais Período Aquiescente	
		4117-1 Elton Rick Hollen 01/01/2019 a 29/02/2019	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 03/05/2019 a 01/06/2019.
		34-1 Alair Cesar Abreu 22/01/2017 a 21/01/2018	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 06/05/2019 a 15/05/2019.
229/2019	03/05/2019	3043-1 Vanderlei Kitzky 14/01/2017 a 13/01/2018	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 15/05/2019 a 13/06/2019.
		2667-1 Marcia Maria da Silva Machado 30/05/2018 a 29/05/2017	Conceder 11 (onze) dias de férias, no período de 20/05/2019 a 30/05/2019.
		1963-1 Michele da Cruz Moreira 05/02/2018 a 04/02/2019	Conceder 15 (quinze) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 19/06/2019.
230/2019	06/05/2019	Servidora Pública Municipal Bernarda Caldas	Conceder, retroativo a 02/05/2019, licença em virtude de falecimento de pessoa da família, a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde, de 08 (oito) dias consecutivos, de 02/05/2019 a 09/05/2019, conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal nº 1450/2009.
231/2019	06/05/2019	Servidor Público Municipal Erenedi Caldas	Conceder, retroativo a 02/05/2019, licença em virtude de falecimento de pessoa da família, a Servidor Público Municipal ocupante do cargo efetivo de Fiscal Geral, de 08 (oito) dias consecutivos, de 02/05/2019 a 09/05/2019, conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal nº 1450/2009.
232/2019	06/05/2019	Servidor Público Municipal José Antônio Cavallotto	Conceder, retroativo a 04/05/2019, licença em virtude de falecimento de pessoa da família, a Servidor Público Municipal ocupante do cargo efetivo de Fiscal Geral, de 08 (oito) dias consecutivos, de 04/05/2019 a 11/05/2019, conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal nº 1450/2009.
233/2019	07/05/2019	Servidor Público Municipal Edison Zalaski	Conceder, retroativo a 04/05/2019, licença em virtude de falecimento de pessoa da família, a Servidor Público Municipal ocupante do cargo efetivo de Professor, de 08 (oito) dias consecutivos, de 04/05/2019 a 11/05/2019, conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal nº 1450/2009.

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

234/2019	07/05/2019	Servidora Pública Municipal Ida Tereza Zalaski	Conceder, retroativo a 04/05/2019, licença em virtude de falecimento de pessoa da família, a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde, de 08 (oito) dias consecutivos, de 04/05/2019 a 11/05/2019, conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal nº 1450/2009.
235/2019	07/05/2019	Servidora Pública Municipal Lizete Aparecida Zalaski	Conceder, retroativo a 04/05/2019, licença em virtude de falecimento de pessoa da família, a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo efetivo de Agente de Saúde, de 08 (oito) dias consecutivos, de 04/05/2019 a 11/05/2019, conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal nº 1450/2009.
236/2019	07/05/2019	Servidor Público Municipal Gerson Barbosa Viana	Conceder, ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Guardião, para sem Remuneração de 02 (dois) anos, de 07/05/2019 a 06/05/2021, conforme dispõe o art. 107 da Lei Municipal nº 1450/2009.
237/2019	08/05/2019	Servidora Pública Municipal Período Aquiescente 430-1 Francisca de Jesus Mendes 07/05/2018 a 06/05/2019	Conceder, retroativo a 02/05/2019, 30 (trinta) dias de férias, no período de 02/05/2019 a 31/05/2019.
238/2019	09/05/2019	Servidor Público Municipal Emanuel Castro da Cruz	Cancelar 13 (treze) dias do período de gozo de férias, do Servidor Público Municipal, concedida por meio da Portaria nº 231/2019, de 24/04/2019, sendo de 09/05/2019 a 21/05/2019.
239/2019	09/05/2019	Servidores Públicos Municipais Período Aquiescente 4114-1 Sueli Jonckii 15/02/2018 a 14/02/2019	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 09/05/2019 a 07/06/2019.
240/2019	10/05/2019	Servidora Pública Municipal Período Aquiescente 3283-1 Sirlene Monteiro dos Santos Pasternak 01/08/2017 a 31/07/2018	Conceder 15 (quinze) dias de férias, no período de 17/06/2019 a 01/07/2019.
241/2019	10/05/2019	Servidor Público Municipal Antonio Caldas CDS - DMS	Conceder, ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Guardião, para sem Remuneração de 02 (dois) anos, de 07/05/2019 a 06/05/2021, conforme dispõe o art. 107 da Lei Municipal nº 1450/2009.
242/2019	13/05/2019	Servidor Público Municipal Sandro dos Santos Bonetti	Transferir o Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

243/2019	13/05/2019	Servidora Pública Municipal Regiane Aparecida Fonseca	Transferir a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para desempenhar suas funções junto ao Departamento de Comunicação.
244/2019	13/05/2019	Servidora Pública Municipal Erika Caldas Ferreira Antonelli	Transferir a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Controlador, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Administração.
245/2019	13/05/2019	Servidora Pública Municipal Vanisa de Lima	Conceder a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Professora, retorno às atividades a partir de 14/05/2019, considerando que a mesma encontrava-se em licença sem remuneração desde 05/09/2017, conforme Portaria nº 368/2017 de 25/07/2017.
246/2019	13/05/2019	Servidor Público Municipal Felipe José Exile	Conceder, ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Informática, Licença em virtude de casamento, de 08 (oito) dias consecutivos, de 13/05/2019 a 20/05/2019, conforme prevê o art. 133, IV da Lei Municipal nº 1450/2009.
247/2019	13/05/2019	Servidora Pública Municipal Simone Galda Valle	Conceder a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Professora, Licença em virtude de casamento, de 08 (oito) dias consecutivos, de 13/05/2019 a 20/05/2019, conforme prevê o art. 133, IV da Lei Municipal nº 1450/2009.
248/2019	13/05/2019	Servidora Pública Municipal Angélica Aparecida Ferreira	Conceder, retroativo a 27/04/2019, licença tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Servente de Limpeza, de 15 (quinze) dias, de 05 de Maio de 2019 a 27 de Junho de 2019, conforme dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipal nº 1450/2009.
249/2019	13/05/2019	Servidor Público Municipal Ednel Ribas	Conceder, retroativo a 03/05/2019, licença tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo de Servente de Limpeza, de 15 (quinze) dias, de 05 de Maio de 2019 a 27 de Junho de 2019, conforme dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipal nº 1450/2009.
250/2019	13/05/2019	Servidora Pública Municipal Noceli de Fátima Santos	Conceder, retroativo a 15/04/2019, remanejamento de função a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Servente de Limpeza, de 15 (quinze) dias, de 05 de Maio de 2019 a 27 de Junho de 2019, conforme dispõe o Art. 25 e seguintes da Lei Municipal nº 1450/2009.
251/2019	14/05/2019	Servidora Pública Municipal Paula Georgina Platti	Transferir a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete - CC-06, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Compras e Licitações.

Município do Pinhão
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ nº 16.178.011/0001-28

252/2019	15/05/2019	Servidor Público Municipal Ronaldo Adriano Medeiros	Designar o Servidor Público Municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Bibliotecário, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação, como Coorden
----------	------------	---	---



Município de Pinhão			
ESTADO DO PARANÁ			
CNPJ (MF) 78.178.011/0001-28			
257/2019	15/05/2019	Servidor Público Municipal Elcio Rodrigo da Silva	Conceder, retroativo a 17/05/2019, licença sem remuneração ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Pesados, de 02 (dois) anos, de 17/05/2019 a 16/05/2021, conforme dispõe o art. 107 da Lei Municipal n.º 1451/2009.
258/2019	15/05/2019	Servidores Públicos Municipais Período Aquisitivo 3253-1 Leoni Roges Domingos 01/08/2017 a 31/07/2018 1058-1 Oglaier Alves de Ramos 11/09/2017 a 30/09/2018	Conceder 15 (quinze) dias de férias, no período de 15/05/2019 a 29/05/2019. Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 15/05/2019 a 15/06/2019.
260/2019	16/05/2019	Servidor Público Municipal Hamilton José da Silva	Conceder, retroativo a 15/05/2019, licença sem remuneração ao Servidor Público Municipal, a conduzir os veículos oficiais da frota municipal pertencentes à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, conforme estabelecido no Capítulo IV, art. 13, § 1º e seguintes da Portaria n.º 390/2018, de 25/10/2018.
261/2019	17/05/2019	Servidora Pública Municipal Cláudia da Sotomaior	Conceder, retroativo a 05/05/2019, licença tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Combustível, de 07 (sete) dias, de 05 de Maio de 2019 a 22 de Maio de 2019, conforme dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipal n.º 1451/2009.
262/2019	17/05/2019	Servidora Pública Municipal Daniele Cristina Santin Ribas	Conceder, retroativo a 16/05/2019, licença tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Inspetor de Alunos, de 20 (vinte) dias, de 16 de Maio de 2019 a 04 de Junho de 2019, conforme dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipal n.º 1451/2009.
263/2019	17/05/2019	Servidora Pública Municipal Sirla Aparecida Zanki	Conceder, retroativo a 15/05/2019, licença tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Combustível, de 07 (sete) dias, de 15 de Maio de 2019 a 19 de Maio de 2019, conforme dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipal n.º 1451/2009.
264/2019	17/05/2019	Servidores Públicos Municipais Marlene de Oliveira Machado Ermano Paulo C. Paganini Lucimara dos Santos	Cancelar, retroativo a 02/05/2019, o adicional de estabilidade dos servidores públicos municipais, no período de 02/05/2019 a 31/07/2019, em virtude dos mesmos estarem usufruindo de Licença Prorrogativa, conforme Portaria n.º 220/2019, de 26/04/2019.
265/2019	17/05/2019	Servidora Pública Municipal Mara Lucia Martins	Transferir a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Servente de Limpeza, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.
266/2019	20/05/2019	Servidores Públicos Municipais Período Aquisitivo 3628-1 Jonael de Moraes 03/01/2018 a 02/01/2019	Conceder 30 (dez) dias de férias, no período de 20/05/2019 a 29/05/2019.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TEL: (42) 3677-2699 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão			
ESTADO DO PARANÁ			
CNPJ (MF) 78.178.011/0001-28			

267/2019	30/05/2019	Servidora Pública Municipal Salette Aparecida Calisto	7334-1 Lisete Aparecida Zanki 01/03/2018 a 26/02/2019 1942-1 Cristiano Beltrame 02/02/2018 a 04/02/2019
268/2019	30/05/2019	Servidor Público Municipal Aurilân Alves Botto Lima	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 22/05/2019 a 10/06/2019. Fica exclusivamente autorizada, a Servidora Pública Municipal, a conduzir os veículos oficiais da frota municipal pertencentes à Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, conforme estabelecido no Capítulo IV, art. 13, § 1º e seguintes da Portaria n.º 390/2018, de 25/10/2018.
269/2019	30/05/2019	Servidor Público Municipal Lashem Philippe Bello Taveza	Fica exclusivamente autorizada, o Servidor Público Municipal, a conduzir os veículos oficiais da frota municipal pertencentes ao Gabinete do Prefeito, conforme estabelecido no Capítulo IV, art. 13, § 1º e seguintes da Portaria n.º 390/2018, de 25/10/2018.
270/2019	21/05/2019	Servidores Públicos Municipais Período Aquisitivo 2873-1 Jefferson de Godai 14/06/2018 a 15/06/2019 3651-1 Sérgio Peicki da Luz 02/01/2018 a 01/01/2019 1724-1 Sandra Mara Rodrigues de Freitas 12/04/2018 a 11/04/2019 2283-1 Osmara de Fátima Tassolli Lima 24/04/2018 a 23/04/2019 1051-1 Bernadete Caldas 22/08/2017 a 21/08/2018 2364-1 Elenilson João Ferreira Padilha 26/07/2017 a 25/07/2018	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 30/06/2019. Conceder 30 (dez) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 02/07/2019. Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 02/07/2019. Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 02/07/2019. Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 02/07/2019. Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 02/07/2019.
275/2019	24/05/2019	Servidor Público Municipal Período Aquisitivo 2286-1 José Ademir Fabricio 17/03/2017 a 16/03/2018	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 24/05/2019 a 22/06/2019.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TEL: (42) 3677-2699 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão			
ESTADO DO PARANÁ			
CNPJ (MF) 78.178.011/0001-28			

276/2019	27/05/2019	Servidora Pública Municipal Dulcete Ferreira da Rosa	Conceder, retroativo ao dia 24/05/2019, a Servidora Pública Municipal, período extraordinário de 4 (quatro) horas. Conceder, retroativo a 25/04/2019, licença tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de Engenheira Civil, de 02 (dois) meses e dois dias, de 25 de Abril de 2019 a 25 de Junho de 2019, conforme dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipal n.º 1451/2009.
277/2019	27/05/2019	Servidora Pública Municipal Juliana Lopes Ercivan Ribeiro	Transferir, a partir de 06/06/2019, a Servidora Pública Municipal Marcela Mendes de Oliveira, ocupante do cargo de Psicóloga, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Saúde.
278/2019	27/05/2019	Servidora Pública Municipal Marcelo Mendes de Oliveira	Conceder Promoção ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Guardas, considerando a conclusão do curso de Ensino Médio, nos termos do art. 20, inciso III da Lei Municipal n.º 1451/2009 e anexo XIV - Quadro de Referência de Verificação.
279/2019	28/05/2019	Servidor Público Municipal Antonio Duarte A02 - C02	Conceder, retroativo a 27/05/2019, licença em virtude de falecimento de pessoa da família a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Servente de Limpeza, de 08 (oito) dias, conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal n.º 1451/2009.
280/2019	29/05/2019	Servidora Pública Municipal Terezinha Aparecida Macedo da Silva	Conceder, retroativo a 27/05/2019, licença em virtude de falecimento de pessoa da família a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Servente de Limpeza, de 08 (oito) dias, conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal n.º 1451/2009.
281/2019	29/05/2019	Servidores Públicos Municipais Período Aquisitivo 550-1 João Batista Ferreira de Almeida 25/05/2018 a 24/05/2019 3634-1 Emiliano Kratzky 02/01/2018 a 01/01/2019 2862-1 Vivian Cristiane Kempf Machado 21/07/2017 a 20/07/2018	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 02/07/2019. Conceder 11 (onze) dias de férias, no período de 05/06/2019 a 04/06/2019. Conceder 30 (dez) dias de férias, no período de 17/07/2019 a 26/07/2019.
282/2019	29/05/2019	Servidora Pública Municipal Paula Georgia Pillati	Fica exclusivamente autorizada, a Servidora Pública Municipal, a conduzir os veículos oficiais da frota municipal pertencentes à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, conforme estabelecido no Capítulo IV, art. 13, § 1º e seguintes da Portaria n.º 390/2018, de 25/10/2018.
283/2019	30/05/2019	Servidores Públicos Municipais 2155-1 Hecemere Araújo Moraes D05-L04 653-1 José Orestes dos Santos A11-A12	Conceder, retroativo a Fevereiro, aos Servidores Públicos Municipais, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento), em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TEL: (42) 3677-2699 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão			
ESTADO DO PARANÁ			
CNPJ (MF) 78.178.011/0001-28			

284/2019	30/05/2019	Servidores Públicos Municipais 2217-1 Antonina Aparecida Ferreira Machado C03-C04 2197-1 Antonio Caldas L03-L04 2236-1 Romilda de Fátima Wostenberg B03-B04	Conceder, retroativo a Março, aos Servidores Públicos Municipais, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento), em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009.
285/2019	30/05/2019	Servidora Pública Municipal 2281-1 Eliandara Aparecida de Oliveira D05-D04	Conceder, retroativo a Abril, a Servidora Pública Municipal, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento), em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009.
286/2019	30/05/2019	Servidores Públicos Municipais 094-1 Anaelina Santos de Lima C03-C01 2465-1 Antonio Alves Cavaliheiro C03-C01 298-1 Doraci Aparecida dos Santos A09-A10 2664-1 Evelyn Lacerda de Lima C02-C03 494-1 Ismael de Oliveira Machado A10-A11 549-1 João Batista de Lima Nunes A11-A12 550-1 João Batista Ferreira de Almeida A12-A13 582-1 João Pedro de Góis B12-B13 920-1 Mário de Prado de Laza A11-A12 1130-1 Pedro Amadeu Ribeiro A12-A13 2366-1 Tatiane de Lima Chagas C03-C04	Conceder aos Servidores Públicos Municipais, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento), em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009, referente às avaliações dos anos de 2013 a 2017. Conceder, ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, admitido em 02 de Março de 2010, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento) em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009, referente às avaliações dos anos de 2013 a 2017.
287/2019	30/05/2019	Servidor Público Municipal 2206-1 PAULO SERGIO WEGROW A05-A03	Conceder, ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, admitido em 02 de Março de 2010, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento) em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009, referente às avaliações dos anos de 2013 a 2017.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TEL: (42) 3677-2699 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão			
ESTADO DO PARANÁ			
CNPJ (MF) 78.178.011/0001-28			
288/2019	30/05/2019	Servidora Pública Municipal 2224-1 TAUANA APARECIDA DE OLIVEIRA B03-B03	Conceder, retroativo a Março de 2017, a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, admitida em 10 de Março de 2010, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento) em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009, referente às avaliações dos anos de 2013 a 2017.
289/2019	30/05/2019	Servidora Pública Municipal 1252-1 SOLANGE DE FÁTIMA DRUCHAK C03-C09	Conceder, a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, admitida em 10 de Março de 2010, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento) em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009, referente às avaliações dos anos de 2013 a 2017.
290/2019	30/05/2019	Servidora Pública Municipal 1252-1 SOLANGE DE FÁTIMA DRUCHAK C09-C10	Conceder, retroativo a Abril de 2017, a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Tributação, admitida em 01 de Abril de 1996, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento) em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009, referente às avaliações dos anos de 2013 a 2017.
291/2019	31/05/2019	Servidores Públicos Municipais 0077-1 Ana Jecília de Oliveira 0223-1 Cláudia Botto de Lima 0271-1 Denilda Aparecida de Lima 0323-1 Elizabeth Lampugnani Pereira 0351-1 Elizabeth dos Santos Silveira 0392-1 Ester dos Santos Machado 0588-1 Jaqueline Aparecida de Quadros 0661-1 Judith Aparecida Danabinski Borys 0681-1 Jansara do Iden Machado 0701-1 Leoni Timm 0735-1 Luísa Maria dos Santos Nacimento 0814-1 Maria Célia Padilha 0857-1 Maria Lucia M. de Lima da Cruz 0889-1 Maria Odine Otvinski 0890-1 Maria Penelope Rodrigues 0942-1 Mari Tereza Padilha 1037-1 Neeli Aparecida dos Santos Alves	Conceder aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes do cargo efetivo de Professores, adicional por tempo de serviço de 40% (quarenta por cento), conforme dispõe o parágrafo único do art. 63 da Lei Municipal n.º 1718/2012, de 13/06/2012, sendo completado 20 anos de tempo de serviço.

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TEL: (42) 3677-2699 - PINHÃO - PARANÁ
www.pinhao.pr.gov.br

Município de Pinhão			
ESTADO DO PARANÁ			
CNPJ (MF) 78.178.011/0001-28			

1039-1 Neeli Conceição da Silva 1201-1 Sela de Fátima Marques Almeida 1271-1 Tereza Ap. do C. Canaço Franca 1306-1 Vera Aparecida de Moraes	Pinhão, 31 de Maio de 2019.
--	-----------------------------

Adilson José da Fonseca Santarem
Secretário Municipal de Administração



MUNICÍPIO DE PINHÃO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 027/2019

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM (COMPLETA, INTERNA E EXTERNA) DE VEÍCULOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS SESSÃO PÚBLICA.
SESSÃO: 07/06/2019 às 09:00 (nove) horas
VENCEDORES:
CHALESON MARINHO STRELOW BERSCH 05697945957
CNPJ: 30.883.428/0001-90
RIVALDO DE LIMA 10737767944,
CNPJ: 24.199.718/0001-17
TIAGO JOSE DA SILVA SILVEIRA 07949513926
CNPJ: 33.308.822/0001-93

R\$ 150.794,00 (Cento e Cinquenta Mil, Setecentos e Noventa e Quatro Reais).
Pinhão, 10 de junho de 2019.

ODIR ANTONIO GOTARDO PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ

ERRATA DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Goioxin comunica, para conhecimento das empresas interessadas, a errata no edital de concorrência 001/2019, relativo à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

ONDE SE LÊ:
TORNA PÚBLICO que AS 10:00 HORAS DO DIA 05 DE JULHO DE 2019, RECEBERA AS PROPOSTAS PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.

LEIA-SE:
PRORROGA-SE A DATA DE ABERTURA PARA:
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO DIA 22 DE JULHO ÀS 10:00 HORAS.

Goioxin, 10 de junho de 2019.

FLAVIO BALDUINO SOARES Presidente Comissão Permanente Licitações

Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Candelária, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 32/2019

O Município de Cantagalo, Estado do Paraná, através de sua pregoeira, tendo em vista a Lei Federal n.º 10.520/2002, os Decretos Federais n.º 3.555/2000, n.º 3.784/2000 e, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar às **09h00min DO DIA 25 DE JUNHO DE 2019** na sede da Prefeitura Municipal, situada a Rua Candelária, 379, fone (42) 3636-1185, a licitação **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, RECAPADOS, CÂMARAS DE AR, INSUMOS PARA BORRACHARIA E SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, VISANDO A MANUTENÇÃO DE TODA A FROTA MUNICIPAL**, conforme especificações do edital.

Os interessados deverão retirar o edital de licitação no site do Município de Cantagalo/PR: <<http://cantagalo.pr.gov.br>>, bem como pedidos de esclarecimentos, dúvidas e informações na Prefeitura Municipal, setor de licitações ou pelo e-mail: licitacao@cantagalo@hotmail.com

Cantagalo, 10 de junho de 2019.

ELIANA REOLON BRANDILERO Pregoeira

Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Candelária, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 16/2019-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MOBILIÁRIOS, VISANDO O ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO, MEDIANTE RECURSOS JUNTO AO SIMEC. OS ITENS A SEREM ADQUIRIDOS SÃO ITENS DESERTOS DO PREGÃO PRESENCIAL 15/2019.

ORÇÃO GERENCIADO: MUNICÍPIO DE CANTAGALO, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ n.º 78.279.981/0001-45, com endereço à Rua Candelária, 379, Vila Planalto, Cantagalo, PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JAIR ROCHA DA SILVA**, portador de cédula de identidade n.º 4.652.899-9 SSP/PR e CPF/MF n.º 777.826.319-04.

CONTRATO N.º 80/2019
CONTRATADO: GEFERSON JUNIOR WOGNEI - ME, inscrita no CNPJ n.º 07.481.107/0001-48, situada na Avenida João Ferreira Neves n.º 3037, Centro Município de Campina do Simão/PR, CEP 85.148-000, neste ato representada pelo Sr. **GEFERSON JUNIOR WOGNEI** brasileiro, portador do CPF/MF n.º 041.420.939-75, e cédula de identidade n.º 8.171.107-91, SSP/PR, residente e domiciliado em Campina do Simão/PR

Preços registrados:
GEFERSON JUNIOR WOGNEI EPP

Item/Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Preço unit.	Preço total
01 Colchonete para Pequeno – (C03) Descrição: Colchonete de lâmina de espuma flexível de poliuretano para uso infantil, certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma ABNT NBR 15579-11 Dimensões: Comprimento: 185cm; Largura: 65cm; Espessura: 05cm. Características: Revestimento em material têxtil plastificado, "atômico", ref. "CORINO", na cor AZUL REAL, impermeável, com acabamento em costura simples e acabamento em cadarço impermeável; Espuma com densidade nominal Kg/m³: D-20. Norma ABNT NBR 8537, (conjunto com 4 unidades)	CONJUNTO	2	469,00	938,00
02 Colchonete para Trocador da Creche – (C02) Descrição: Colchonete para trocar de espuma	CONJUNTO	02	147,00	294,00

Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Candelária, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Flexível de poliuretano. Dimensões: Comprimento: 100cm; Largura: 60cm; Espessura: 05cm. Tolerâncias do produto acabado com base nas dimensões declaradas na etiqueta, de +/- 1,5cm para largura e comprimento e +/- 0,5cm/1,5cm para a altura. Características: Revestimento em material têxtil plastificado, "atômico", ref. "CORINO", na cor AZUL REAL, impermeável, com acabamento em costura simples e acabamento em cadarço impermeável; Espuma com densidade nominal Kg/m³: D-20. Norma ABNT NBR 8537. RECOMENDAÇÕES: Para fabricação é indispensável atender às especificações técnicas específicas para cada material. (conjunto com 3 unidades)	UN	01	2.590,00	2.590,00
--	----	----	----------	----------

03 Fogão industrial D6 bocas com queimadores duplos e forno de câmara com banho maria acoplados – (FG1) Descrição: Fogão industrial central de 6 bocas com forno e torneiras de controle em dois lados opostos, fixadas em tubo de alimentação (gambiarras), alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo) ou gás natural, e com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". O tamanho das bocas será de 30x30cm e 3 queimadores simples sendo 3 queimadores duplos c/ chapa ou banho maria e c/ forno. 4 pés em perfil "L" de aço inox e sapatas reguláveis constituídas de base 56 metálica e posterioria maciça de material polimérico, fixadas de modo que o equipamento fique a aproximadamente 50 mm do piso. Dimensões: 83x107x8cm (Altura)	UN	01	2.590,00	2.590,00
TOTAL			8.512,00	

Data do Contrato: 06 de Junho de 2019.
Vigência da ata: 06 meses.
Foro: Comarca de Cantagalo/PR.

Câmara Municipal de Laranjeiras do Sul - Paraná

CNPJ 78.119.336/0001-65

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 09/2019-CMLS RATIFICAÇÃO

Com base nos memorandos, justificativa e parecer jurídico em anexo, RATIFICO o processo de dispensa de licitação sob o n.º 09/2019-CMLS, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado no prédio da Câmara Municipal, em favor da empresa **BANHARA E CIA LTDA - ME - CNPJ: 00.343.132/0001-16**, nos seguintes valores:

- Mão de obra e materiais para instalação de ar condicionado 12.000 btus - R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais) por aparelho, compreendendo 12 aparelhos, totalizando R\$ 7.380,00 (sete mil, trezentos e oitenta reais);

- Mão de obra e materiais para instalação de ar condicionado 18.000 btus - R\$ 615,00 (seiscentos e quinze reais) por aparelho, compreendendo 04 aparelhos, totalizando R\$ 2.460,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta reais);

- Gás Refrigerante R-410A, R\$ 190,00 (centos e noventa reais) por quilograma.</